**Grupo I**

Luiz trabalhou para a empresa Tecnologia ABC de Solos e Fundações Ltda. (TECABC), no âmbito da Indústria da Construção Pesada, pelo período de 24.09.2014 a 13.01.2015. Exerceu, no âmbito dessa relação de emprego, a função de servente nas obras do metrô de Fortaleza/CE. Porém, após finalizada a obra, ficou à disposição da empregadora e nunca mais foi chamado para novos serviços.

Diante dessa situação, Luiz ingressou com reclamação trabalhista requerendo o pagamento de algumas verbas que não foram pagas no curso da relação (ex: 13º salário), bem como das verbas devidas em decorrência da dispensa sem justa causa.

Em sede de defesa, a empresa TECABC alegou que sempre pagou todas as verbas corretamente, bem como que nunca dispensou o trabalhador e que ele estava em situação de falta, pois não comparecia ao trabalho. Segundo suas alegações, o trabalhador haveria sido devidamente notificado para comparecimento no trabalho.

Diante do caso hipotético, respondam:

a) No caso apresentado, como deve ser distribuído o ônus da prova? Justifique com base nos princípios trabalhistas que incidem sobre a condução da instrução processual.

b) No caso de a sentença ser totalmente improcedente, quais os recursos cabíveis e seus requisitos? Justifique.